



98
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329666-6
COMARCA: Vitória de Santo Antão
APELANTE: Município de Vitória de Santo Antão
APELADA: Luciane Rodrigues de Melo
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. DIREITO DO TRABALHADOR CONTRATADO AO GOZO DE FÉRIAS, E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO COMO DECORRÊNCIA DA EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. APELO IMPROVIDO. 1. De proêmio, rejeitou-se a alegação de nulidade da sentença, por ausência de fundamentos. Com efeito, o magistrado *a quo* decidiu pela procedência parcial do pedido de forma clara, precisa e suficiente. 2. A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é iterativa no sentido de que *"Não há nulidade no julgamento se a fundamentação, embora concisa, for suficiente para a solução da demanda"* (REsp 1112416/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 09/09/2009). 3. Quanto à discussão de fundo este egrégio Tribunal – por ocasião do enfrentamento da questão atinente ao direito do trabalhador contratado temporariamente ao gozo de férias e à percepção de décimo terceiro salário – tem anotado a irrelevância do debate suscitado acerca da natureza do vínculo havido entre o servidor temporário e a pessoa jurídica de direito público contratante. 4. Deveras, essa discussão não obsta o direito do trabalhador ao recebimento de verbas constitucionais pleiteadas em razão de serviços efetivamente prestados. 5. Por outro lado, também não procede a alegação do Município de necessidade de ser afastada da condenação as verbas relativas a salário. 6. É que a parte autora faz jus às *verbas constitucionais*, isto é, ao pagamento do 13º e à compensação pecuniária pelas férias não gozadas, com o acréscimo do terço constitucional, referente ao período pleiteado, respeitada a prescrição quinquenal, além do saldo de salário como decorrência da efetiva prestação de serviços. 7. Além disso, a sentença restou clara ao explicitar que quaisquer adicionais e institutos de natureza trabalhistas não seriam devidos. 8. Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0329666-6, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329666-6
COMARCA: Vitória de Santo Antão
APELANTE: Município de Vitória de Santo Antão
APELADA: Luciane Rodrigues de Melo
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Vitória de Santo Antão, que, nos autos da **Ação de Cobrança NPU 0002135-08.2009.8.17.1590**, julgou parcialmente procedente a pretensão ali deduzida, nos termos adiante transcritos:

“Isto posto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o réu a indenizar o autor exclusivamente por verbas relativas a salário, às férias, acrescidas do terço constitucional, e ao décimo terceiro salário, não lhes sendo devidas, pelos fundamentos acima expostos, quaisquer dos adicionais e institutos de natureza trabalhistas postulados.

Só serão pagos tais direitos, caso não recebidos ainda, durante o contrato de trabalho da autora, estando prescritas eventuais verbas anteriores a julho de 2004.

Após o trânsito em julgado, venha o autor com execução da sentença contra o réu, juntando a memória do cálculo das presentes verbas ainda não recebidas, tudo devidamente corrigido e atualizado conforme art 1ºF da lei 9.494/97.

Sem honorários face sucumbência recíproca.

PRI”. (Cf. sentença às fls. 68/69).

Irresignado, o Município de Vitória de Santo Antão apelou alegando, em síntese: (i) a nulidade da sentença por ausência de fundamentos; (ii) que a servidora apelada teria sido contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo que não faria jus “à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal, tampouco no contrato; e (iii) a necessidade de ser afastada da condenação as verbas relativas a salário.

Ao final, requereu o provimento do apelo no sentido de se reformar a sentença recorrida.

Sem contra-razões conforme certidão às fls. 77v.

Nesta sede recursal, a douta Procuradoria de Justiça absteve-se de se pronunciar a respeito da controvérsia.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 08 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329666-6
COMARCA: Vitória de Santo Antão
APELANTE: Município de Vitória de Santo Antão
APELADA: Luciane Rodrigues de Melo
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, rejeito a alegação de nulidade da sentença, por ausência de fundamentação.

Com efeito, o magistrado *a quo* decidiu pela procedência parcial do pedido de forma clara, precisa e suficiente, nos seguintes termos:

“No mérito a controvérsia é saber se o réu deve direitos trabalhistas ao autor.

Julgo que sim, mas poucos e restritos.

Isto porque o contrato existiu e o trabalho lícito foi efetivamente prestado em benefício da população.

Inclusive a Lei Maior, no art. 37, IX, admite a possibilidade de contratação temporária sem concurso para atender excepcional interesse público; assim o pedido do autor é juridicamente possível.

Nesse sentido decisão do eg. TJ-PE, no processo 0006567-44.2009.8.17.0370 (261001-3), julgado em 12 de dezembro de 2011, pelo Exmo. Des. Fernando Cerqueira: No cerne, anote-se que os contratos temporários firmados em virtude de excepcional interesse público têm natureza administrativa e conferem aos contratados o direito de receber salários, férias acrescidas do terço constitucional, bem como décimo terceiro, porém, por não constituírem vínculos lastreados na Consolidação das Leis do Trabalho, não garantem verbas estritamente trabalhistas, a exemplo de multas rescisórias e aviso prévio, e nem direitos próprios de vínculos laborais, razão pela qual não originam obrigações com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e nem de anotações na carteira de trabalho.

Não há que se cogitar assim, de ingresso do autor no quadro permanente do serviço público pois isso só através de concurso.

Lembro da observância da regra da prescrição, pois a prescrição contra a Fazenda é de cinco anos contados da data do ajuizamento da demanda, ou seja, julho de 2004.

Lembro também que eventual pedido contra o VitoriaPrev (fls. 03) deve ser feito em ação própria contra esta entidade, que é diversa do réu”.

A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é iterativa no sentido de que *“Não há nulidade no julgamento se a fundamentação, embora concisa, for suficiente para a solução da demanda”* (REsp 1112416/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 09/09/2009).

Quanto à discussão de fundo, tenho que não merece acolhimento a alegação de que a autora teria sido contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, razão pela qual não faria jus *“à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal, tampouco no contrato”*.





100
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Isso porque, para aferir a correção da condenação do Município de Vitória de Santo Antão ao pagamento de verbas relacionadas ao direito de férias e à percepção do 13º salário pelos trabalhadores, parece-me despiendo o debate suscitado pela parte apelante no sentido de questionar a natureza da relação jurídica havida entre a pessoa jurídica de direito público e a servidora contratada.

Deveras, a questão acima referida não obsta o direito da servidora – que tem sede constitucional - ao recebimento das verbas constitucionais pleiteadas em razão dos serviços efetivamente prestados.

A propósito do tema em lide, registro que este Tribunal já apreciou diversos recursos similares ao que ora se apresenta (provenientes da Comarca de Vitória de Santo Antão e envolvendo o Município de Vitória de Santo Antão), orientando-se na mesma direção da fundamentação acima articulada.

A título exemplificativo, apresento os seguintes arestos:

“EMENTA: TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA LOCAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE NÃO ACOLHIDA. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVA PRORROGAÇÃO. DIREITO À INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS NÃO GOZADAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - Consoante precedentes deste Tribunal de Justiça, existe responsabilidade solidária entre a autarquia previdenciária e o ente político que a instituiu. Rejeita-se preliminar de ilegitimidade do Município para restituir indébito oriundo de contribuições sociais descontadas em folha de pagamento.

2 - No mérito, consoante pacífica jurisprudência, tem-se que a sucessiva renovação do contrato não pode significar a perda em benefício da Administração de direitos sociais garantidos ao trabalhador pelo Texto Maior. Não pode a precariedade do vínculo funcional frequentemente prorrogado servir de pretexto ao Município, para que deixe de conceder ao contratado férias e décimo terceiro salário, locupletando-se, assim, da sua própria torpeza de não realizar concurso público.

3 - Tanto o direito à indenização por férias não gozadas, acrescida de um terço, quanto o direito ao décimo terceiro salário possuem sede constitucional (art. 7º, VIII e XVII, da Constituição) e constituem direitos sociais intangíveis dos trabalhadores urbanos e rurais. Impõe-se o pagamento das verbas.

4 - Recurso de Agravo não provido.”

(RA 0237065-2/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, julgado em 19/04/2011).

“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. PEDIDO DE PERCEPÇÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA INACOLHIDA. DIREITOS



101
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

FUNDAMENTAIS A QUE TODO TRABALHADOR FAZ JUS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIUGURADA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE. 1 - Versa a lide em apreço sobre a percepção de 13º salário e férias, pela prestação de serviço público em cargo comissionado, bem como a cobrança de descontos previdenciários efetuados indevidamente; 2 - preliminar de ilegitimidade passiva do Município argüida no presente recurso, sob o argumento de que o VITORIA PREV (autarquia municipal), seria a parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda; 3 - O Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que o autor já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITORIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município; 4 - Em casos análogos, tanto a FUNAPE quanto o Estado de Pernambuco, podem responder pelas causas que dizem respeito a descontos previdenciários, na esfera estadual. Preliminar rejeitada; 5 - Sabe-se que todo o trabalhador possui direito à férias independentemente de ser celetista ou estatutário. O pedido originário é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado; 6 - Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas péticas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derogar o direito a férias e 13º salário do trabalhador; 7 - Com relação aos honorários advocatícios, tenho que os mesmos foram arbitrados corretamente, vez que obedeceram aos ditames do art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil; 9 - À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.”
(RA 0237012-1/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, julgado em 12/04/2011).

“EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS PLEITEADAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO PARA ATENDER NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Município ora agravante, pois, o referido ente federado foi o responsável pelo lançamento indevido dos descontos na folha de pagamento, a ora agravada já contribuía junto ao INSS, visto que vinculado ao RGPS e não ao RPPS destinado, exclusivamente aos servidores efetivos do Município, segundo preceituam os arts. 5º ao 8º da Lei Municipal nº 3.188/2006. 2. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 3. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Município. 4. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o agravante não se desincumbiu. 5. Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do ora agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções. 6. Recurso de agravo improvido unanimemente.”
(RA 0236835-0/01, 8ª Câmara Cível, Relª. Desª. Substª. Maria Auri Alexandre Ribeiro, julgado em 28/04/2011).

102



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por outro lado, também não procede a alegação do Município de necessidade de ser afastada da condenação as verbas relativas a salário.

É que, conforme dito acima, a parte autora faz jus às *verbas constitucionais*, isto é, ao pagamento do 13º e à compensação pecuniária pelas férias não gozadas, com o acréscimo do terço constitucional, referente ao período pleiteado, respeitada a prescrição quinquenal, além do saldo de salário como decorrência da efetiva prestação de serviços.

Além disso, a sentença restou clara ao explicitar que quaisquer adicionais e institutos de natureza trabalhistas não seriam devidos.

Por todo o exposto, **nego provimento** à apelação, mantendo a sentença *a quo*, em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator